

ARTIGOS

A balcanização energética*

FELIPE HERRERA**

1. *Introdução*; 2. *Tendência inexorável*; 3. *Componente qualitativo*; 4. *"Nação Desfeita"*; 5. *Tese energética*.

1. Introdução

Os atuais e agudos conflitos que enfrenta a humanidade podem perfeitamente ser definidos como uma projeção de um período de "aceleração histórica". O uso da energia tem sido convencionalmente um dos melhores indicadores e quantificadores do futuro coletivo. Desde o princípio do século atual até hoje o uso dos recursos energéticos do mundo tem aumentado em mais de quatro vezes; se projetarmos este ritmo de crescimento para fins do século XX, em 100 anos teremos presenciado um aumento de trinta vezes. Isso levanta uma questão que há muitos anos economistas e cientistas, sensibilizados pelos problemas de desenvolvimento futuro, haviam identificado: até que ponto a humanidade é capaz de continuar aumentando, nesta proporção, a utilização das chamadas fontes convencionais de energia?

O problema ganha sua verdadeira perspectiva frente à limitada disponibilidade dos recursos energéticos conhecidos. Em 1972, Bárbara Ward e René Dubos escreviam que era inevitável que no ano 2000 se verificaria uma diminuição da produção petrolífera, mesmo considerando, com certo otimismo, as reservas úteis. Na obra desses autores, *Uma só terra*, lê-se o seguinte: "A mera escala da demanda do petróleo — para transporte, para a geração de energia elétrica, para a produção da indústria petroquímica de todas as classes — significará, quase que certamente, que para o próximo século já não se disporá desse combustível para o que se configura como uma verdadeira população mundial de automóveis, com uma distri-

* Este artigo, escrito em 1973 foi publicado na revista *Progresso*, jan./fev., 1975. p. 5-8.

** Coordenador-Geral de Estudos Conjuntos para a Integração da América Latina — ECIEL.

buição *per capita* como a de hoje, nos EUA. Tampouco é provável que o petróleo proporcione combustíveis para a geração termelétrica. Parece que sua utilização mais importante será como fonte de matéria-prima para as indústrias petroquímicas que farão sentir suas demandas *sobre as reservas minguantes, à medida que os preços elevar-se-ão inexoravelmente.*

O aumento de preços ocorrido em relação ao petróleo, desde o conflito de outubro do ano passado, era perfeitamente previsível, especialmente no contexto da tendência geral, dos últimos anos, ao incremento das cotizações das matérias-primas. O que, na realidade não era previsível, eram os níveis de cotação aos quais se chegou, em decorrência da rígida demanda pelo produto, da dificuldade de encontrar facilmente fontes alternativas e da já mencionada limitação das reservas mundiais.

2. Tendência inexorável

A América Latina poderia ter-se adiantado a essa situação. Em muitos de nossos países havia técnicos que previam o que Bárbara Ward e René Dubos assinalaram como tendência "inexorável".

Frente a esse problema que o continente, em seu conjunto, estava mais bem preparado para enfrentar que outras regiões do mundo, desgraçadamente a ausência de mecanismos comunitários latino-americanos para programar políticas conjuntas tornou impossível uma resposta de caráter global. Quanta razão tiveram recentemente os presidentes do México e da Venezuela para advogar por um instrumento latino-americano próprio, capaz de planejar e coordenar as políticas econômicas. O campo da energia é um assunto que, pela própria natureza, deveria ser objeto desse enfoque regional.

As cifras, não só de um ângulo estritamente quantitativo, como também por sua implicação qualitativa, reforçam nossa argumentação. A produção global de petróleo e seus derivados, bem como de gás natural foi, em 1973, equivalente a 300 milhões de toneladas de petróleo; o consumo regional alcança pouco menos de 50% dessa cifra. Os cálculos para os anos futuros também indicam produções que excederão em muito o consumo, o que transforma a América Latina, em seu conjunto, em um dos centros energéticos vitais para o futuro da humanidade.

Por certo a situação varia consideravelmente de país para país. Ao lado da Venezuela, que em 1973 era o terceiro país em importância entre os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), temos a volumosa importação petrolífera do Brasil, que nesse ano chegou a mais de US\$ 2.500 milhões; junto às atuais exportações da Bolívia, da Colômbia e do Equador, e da atual situação do México, que recente descoberta de novas reservas transformará, dentro em pouco, em importante exportador, temos o Paraguai e o Uruguai, na América do Sul, países que não contam com qualquer produção petrolífera e devemos lembrar a situação análoga dos cinco países centro-americanos, do Panamá e dos países do

Caribe, com exceção de Trinidad-Tobago. Temos a seguir o Peru e o Chile que, apesar de há décadas explorarem seu petróleo, são obrigados, no presente, pelo ritmo de aumento do consumo, a depender da importação. As perspectivas futuras do Peru, graças à descoberta de jazidas na sua região amazônica, em 1971, são, no entanto, promissoras. A Argentina, por outro lado, testemunha um processo substancial de auto-suficiência.

É fácil de entender que, frente à crise atual, tenha-se produzido uma atividade de busca de novos recursos petrolíferos a qualquer custo. Importante instrumento da política energética tem sido, para alguns países, a utilização de suas empresas públicas, já amadurecidas por anos de experiência: a Petrobrás, no Brasil; a ENAP, no Chile; a Yacimientos Petrolíferos Federales (YPF), na Argentina; a YPFB, na Bolívia etc.

3. Componente qualitativo

As situações de abastecimento físico descritas expressam-se nas balanças de pagamento dos países e da região, em seu conjunto. Em termos globais, a exportação de petróleo significará para a América Latina, em 1974, um volume de mais de US\$ 12 bilhões, com a conhecida gravitação fundamental venezuelana. As importações líquidas de combustível chegariam à ordem dos US\$ 4.500 milhões, o que significaria um saldo líquido, por este comércio, de aproximadamente US\$ 8.000 milhões. É interessante lembrar que este saldo, há aproximadamente dois anos, era só da ordem de US\$ 2 bilhões.

Também estas cifras têm um componente “qualitativo” de grande importância. Enquanto por um lado há países que, em cifras absolutas e relativas, estão experimentando um impacto positivo em sua renda nacional pela nova situação dos preços do petróleo, como também um notável fortalecimento de suas reservas monetárias, há outros cujas condições deficitárias afetam todo o conjunto do seu quadro econômico. Como já mencionamos, o Brasil estaria obrigado a pagar, em 1974, um “cheque”, por petróleo, de mais de US\$ 2.500 milhões (cinco vezes mais que em 1972). Entretanto, tanto a riqueza e a diversificação econômica e exportadora do país, como seu fácil acesso a qualquer fonte de crédito internacional, fazem com que a situação de sua economia externa seja perfeitamente controlável. Recentemente anunciava o Ministro Mário Simonsen, da Fazenda, que o déficit final da balança de pagamentos do corrente ano seria apenas da ordem de US\$ 1.000 milhões.

A situação é mais difícil para países de médio e pequeno portes, que não tiveram o benefício desse crescimento econômico e financeiro e cujo montante de reservas internacionais é notoriamente baixo quando se o compara com o “cheque” que devem preencher pelo petróleo que importam. Esses países estão na mesma categoria de muitas nações subdesenvolvidas cuja pobreza tornou-se aguda pelo súbito enriquecimento de alguns produtores de matérias-primas, também do Terceiro Mundo.

4. "Nação desfeita"

Se pudéssemos atuar na América Latina como em uma grande nação ("somos uma grande nação desfeita"), os problemas de comercialização e de financiamento da situação petrolífera assumiriam uma perspectiva diferente. Tal como em um país seria inconcebível que uma ou mais de suas regiões ficassem desabastecidas pela prioridade em atender a demandas do exterior, assim também em nosso continente uma política planejada de abastecimento energético faz parte da essência mesma da nossa atual e futura integração econômica. Compreendemos as dificuldades em relação a este ponto de vista: nossas grandes fontes de produção e exportação não se desenvolveram historicamente para o abastecimento interno, nem muito menos, ainda, numa perspectiva latino-americana. Só nos últimos anos estamos descobrindo, timidamente, as possibilidades das ligações comerciais entre nossas nações. Ainda é tempo de que a América Latina, recuperando o tempo perdido, planeje uma utilização complementar e a longo prazo de seu setor energético no contexto de acordos multi e bilaterais para a aplicação de seus recursos naturais. Cremos que os primeiros passos nessa direção estão sendo dados com o projeto de criar a Organização de Energia da América Latina (OLADE)

5. Tese energética

Se defendemos a tese de utilizar o setor energético como fator de aceleração de nossa integração, parece-nos que a ação não deve ficar restrita apenas à questão do petróleo. Com a alta de preços desse combustível estão-se abrindo novas perspectivas para o carvão, para o xisto betuminoso e para a energia geotérmica, recursos que fazem parte do patrimônio natural de vários de nossos países. Sob outro ângulo, é tão extraordinário o avanço que a América Latina efetuou em matéria de desenvolvimento hidrelétrico nos últimos 15 anos que cada vez mais tende a assumir uma perspectiva multinacional. Já são conhecidos continentalmente os nomes dos projetos que têm sua base na bacia do rio da Prata e que estão destinados a mudar as condições econômicas das zonas e países ribeirinhos. O Banco Interamericano de Desenvolvimento tem atuado como verdadeiro pioneiro nesse despertar, que tem sido não apenas técnico-econômico, mas também político.

Nos anos futuros enfrentaremos a necessidade de basear na energia atômica uma parcela cada vez maior de nossos abastecimentos. A tarefa é complexa e custosa, mesmo para as nações tecnologicamente mais desenvolvidas. Se os países da América Latina desejam efetivamente cimentar sua coesão com vistas a criar uma comunidade econômica entre eles, terão também que começar a analisar o problema de como superar nossa condição marginal através da utilização solidária do que é nosso grande patrimônio e nosso melhor instrumento de negociação: dispor do maior volume de recursos naturais inexplorados da humanidade.

As políticas energéticas do Continente são, a curto e longo prazo, o cenário onde poderemos comprovar as perspectivas de uma ação que supere nossa desintegração. A iniciativa estará nas mãos dos chefes de Estado em suas próximas reuniões.

Summary

In this article the author briefly analyzes the Latin American energetic alternatives and concludes that Latin America should develop a joint policy for use of its unexplored natural resources in order to create an economical community and overcome its marginal condition with respect to the rest of the world.

SE VOCÊ ACHA QUE SABE TUDO SOBRE PSICOLOGIA, NÃO DEVE ASSINAR ABPA.

ABPA* destina-se aos profissionais de psicologia que desejam estar bem informados.

Em suas páginas, o leitor encontra sempre novas questões. ABPA publica artigos e comentários atuais sobre temas psicológicos e informa sobre tudo que se publica na área da psicologia. Não assine ABPA se você não deseja questionar seus conhecimentos.

*Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada (diga ABPA)

NÓS TEMOS MUITAS SOLUÇÕES PARA OS SEUS PROBLEMAS DE ADMINISTRAÇÃO

Nos livros da Editora FGV você encontra sempre o melhor em matéria de administração. Lançamentos muito especiais, que são verdadeiras soluções para os seus problemas.

Como estes dois, por exemplo:



GERÊNCIA ECONÔMICA DE ESTOQUES E COMPRAS Joary Corrêa (4.ª edição)

Já em sua quarta edição, um livro que fornece ao estudante e ao profissional excelentes subsídios e métodos mais eficazes de racionalização do trabalho, técnicas de produção e direção. Resultado de minuciosa pesquisa, esta obra de Joary Corrêa torna de compreensão simples os mais complexos problemas, razão de seu grande sucesso entre os que se interessam pelo assunto.

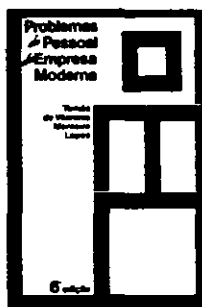
336 páginas Cr\$ 120,00

PROBLEMAS DE PESSOAL DA EMPRESA MODERNA

Tomás de Vilanova M. Lopes
(6.ª edição revista e aumentada)

Adotada como livro-texto pela quase totalidade dos cursos de administração existentes no país e como fonte de orientação e de consulta por importantes instituições da indústria, do comércio e da administração pública, esta obra, que rapidamente alcançou a 6.ª edição, representa um dos maiores êxitos editoriais da Fundação Getúlio Vargas.

304 páginas Cr\$ 90,00



EM TODAS AS LIVRARIAS

Pedidos pelo envio antecipado de cheque nominal
pagável no Rio de Janeiro/vale postal/reembolso postal à
EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Praia de Botafogo, 188 — CP 9.052 — 22.250 — Rio de Janeiro — RJ

LIVRARIAS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Rio: Praia de Botafogo, 188 — Tels. 286-3344 / 266-1512 r. 353

Av. Graça Aranha, 26 — lojas C e H — Tel. 222-4142

S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel. 288-3893

Brasília: CLS, 104 — Bloco A — loja 37 — Tel. 243-008